**O AGRONEGÓCIO E AS TERRAS INDÍGENAS**

**ARTHUR AQUINO VILELA**

**Resumo**

A causa indígena nunca foi resolvida no Brasil. A toda hora se ouvem invasões de terras indígenas para dar lugar ao agronegócio. Homologações de suas terras são proteladas, por mais que a FUNAI e o CIMI (Centro indigenista missionário da Igreja Católica) se empenhem em sua defesa. Nos últimos anos, as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e povos indígenas) têm se articulado para resistir ao ataque desta frente de expansão do agronegócio, que desconsidera totalmente a existência dessas populações, ignorando a necessidade democrática de consulta a estes povos interessados no cumprimento das condicionantes ambientais, em uma escalada autoritária incompatível com a democracia e com uso da violência e influencia política.

**Palavras-chave:** Demarcação, Violência, Política.

**Abstract**

The indigenous issue was never resolved in Brazil. The whole time they hear indigenous land invasions to make way for agribusiness. Approvals of their lands are delayed by more than FUNAI and the CIMI ( indigenous missionary center of the Catholic Church ) engage in his defense. In recent years, traditional populations (quilombolas , riparian and indigenous peoples ) have articulated to resist the attack of this expansion front of agribusiness , which totally disregards the existence of these populations , ignoring the democratic need to refer to these people interested in meeting environmental restrictions , in an authoritarian climbing incompatible with democracy and with the use of violence and political influence .

**Keys-word:** Demarcation, Violence, Policy.

1. **Introdução**

A partir do momento que a **Constituição da República**, de 1988, passou a garantir os direitos indígenas, o reconhecimento e a demarcação das terras das comunidades têm sido a “demanda histórica” que está no centro dos conflitos com ruralistas e o Estado brasileiro. E apesar de a Carta Magna ter definido que o Estado brasileiro deveria demarcar as terras indígenas, de acordo com o critério de ocupação tradicional das terras, a determinação está longe de ser cumprida. Além da lentidão na efetivação de seus direitos, estes povos são alvo dos ataques violentos e por vezes de cunho político, vindos da bancada ruralista.

O problema gerado é o agronegócio ser um dos principais fatores para a quebra de cultura e ameaça para as reservas e comunidades indígenas, esta pesquisa tem por objetivos apresentar os fatores, causas e consequências geradas com as invasões destas terras, dentro de um sistema de demarcação lento que por vezes é violento e tem apoio político, a fim de estudar e conscientizar, sobre as consequências das ações daqueles que estão ligados direta, e indiretamente ao agronegócio, sobre a ameaça que causam às reservas e culturas indígenas com o avanço de suas produções sobre essas terras, a fim de que haja a conservação destas culturas e povos, evitando uma possível fragmentação e até mesmo uma perda cultural e étnica.

1. **Causas e consequências do agronegócio nas terras indígenas**

Toda terra indígena (TI) demarcada no Brasil pertence à União. Os povos indígenas têm nela o direito ao usufruto exclusivo, juntamente com a preservação de suas culturas, à posse territorial e ao desfrute exclusivo de seus recursos, mas não à propriedade. Assim, qualquer território indígena demarcado, o Estado brasileiro e as Forças Armadas exercem, na plenitude, a soberania nacional, tendo o direito e o dever de se fazerem presentes em todas as terras, indígenas e não indígenas, situadas nas fronteiras.

Contudo, existe um problema histórico do Brasil que são as disputas por terras indígenas. Apesar da força de texto constitucional e talvez precisamente por causa dela, tenta-se descaracterizar os sujeitos desses direitos territoriais, reduzir a extensão dos territórios assegurados e desfigurar em leis ordinárias e decretos o que dispõe a Constituição. E Mesmo com a demarcação e homologação das terras indígenas, 85% das áreas são alvo de invasão, segundo estimativa feita pela FUNAI (2000).

Muitas dessas invasões acabam em violência, e existem motivos para tal, como a exploração ilegal de madeira. Um exemplo a ser citado o caso dos índios **Xikrin do Catete**, vizinhos da mineradora Vale no Pará, e que tiveram suas terras invadidas em meados de 1980 por madeireiros, atrás de mogno, a madeira comercial mais cara, causando um grande estrago à floresta. Outro caso e o interesse por minérios, exemplo disso o caso dos índios **Cinta Larga**, da reserva Roosevelt, em Rondônia, onde há uma grande quantidade de diamantes. Em abril de 2004, eles mataram 29 garimpeiros que exploravam a pedra preciosa ilegalmente em suas terras, segundo dados da matéria de Sylvia Estrella (2014) ao site UOL.

Na mesma matéria a autora (Sylvia Estrella) fala sobre os conflitos com o poder local, que envolvem, inclusive, exploração imobiliária, são outro mal que atinge estes povos. A **Reserva Raposa Serra do Sol**, em Roraima, na extremidade norte do país, fronteira com a Venezuela e a Guiana, é outro caso. A reserva é habitada por cerca de 20 mil indígenas, principalmente das etnias **macuxí, taurepang, wapixán**a e **ingaripó**, homologada em abril de 2005, Raposa Serra do Sol traz uma história de conflitos de quase 30 anos. Primeiro a área foi invadida pelo garimpo. Em meados dos anos 90, com a cultura de arroz. Na região, havia 63 ocupações em área rural: 47 pequenos pecuaristas e 16 rizicultores.

Em 2004, segundo Sylvia Estrella, em várias ocasiões ocorreram conflitos entre os índios da Raposa Serra do Sol e os não índios que viviam na região. Em agosto deste mesmo ano, índios da aldeia Macuxíchegaram a montar uma barreira de fiscalização para evitar a entrada de armas, combustível contrabandeado e bebidas alcoólicas na reserva. Três meses depois, na mesma região, criminosos utilizaram tratores para derrubar 37 casas, postos de saúde e escolas. Os agricultores são os principais suspeitos do ataque.

A Polícia Federal em face destes conflitos teve que montar uma operação para garantir a homologação de Raposa Serra do Sol. Na época houve o sequestro de quatro agentes da PF que trabalhavam na reserva. Em setembro de 2007, representantes indígenas das quatro etnias que vivem na reserva Raposa Serra do Sol assinaram uma carta-compromisso com o governo federal na qual afirmam que não querem mais se envolver nos conflitos pela retirada dos não índios que ainda permanecem no local.

O governo Lula estabeleceu um plano de trabalho para a retirada dos ocupantes da terra indígena. Ofereceu indenização pelas benfeitorias construídas e novas áreas dentro do estado de Roraima para retomarem a produção. Centenas de famílias de agricultores receberam suas indenizações e se dirigiram para seus novos lotes, devidamente legalizados e com infraestrutura de serviços para viver e produzir, mas segundo Paulo Maldos (2014) em publicação no site do MST.

Ocorre que um pequeno grupo de arrozeiros, que invadiu o território indígena depois que ele já havia sido identificado como indígena, desde então se recusa a deixar aquela terra. Tais invasores, chefiados por um fazendeiro chamado Paulo César Quartiero, simplesmente não aceitam que aquela terra é indígena. Não aceitam a demarcação nem a homologação e afirmam claramente que irão ampliar a área invadida. Tais arrozeiros contam com o apoio dos políticos de Roraima, do governo do estado e da mídia local. Eles foram sempre subsidiados com o dinheiro público para suas invasões e possuem isenção fiscal no estado até 2018. Acenando com o fantasma da “internacionalização da Amazônia” e da “falta de vigilância na faixa de fronteira”, conseguiram respaldo de oficiais do Exército brasileiro. Na verdade, os arrozeiros manipulam sentimentos de patriotismo e abusam da falta de informação de setores da sociedade brasileira, em proveito próprio. (MALDOS, 2014)

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG **Repórter Brasil,** lançou novo estudo sobre os impactos do cultivo de grãos como a soja em Terras Indígenas (TIs) do Mato Grosso, o maior produtor do grão no país, que abriga também o maior número de Terras Indígenas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008, apenas 44 (ou 31,2%) dos 141 municípios do Estado não cultivam soja ou não tinham registro da cultura. No mesmo ano, 54 cidades (38,3%) tinham entre 10 mil e 575 mil hectares de soja. Das 78 TIs listadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em terreno mato-grossense, ao menos 30 ficam em municípios com mais de 10 mil hectares de soja. Esse estudo mostrou o quanto à produção de soja no Cerrado tem gerado problemas, como desmatamento, desertificação, pressão sobre os territórios, contaminação de solos e de cursos d´água já têm afetado várias aldeias indígenas.

Homologada pelo governo federal em 1998 com extensão de 165 mil hectares, a reserva indígena Marãiwatsédé localizada na região nordeste de Mato Grosso, teve parte da sua área tomada ilegalmente por fazendeiros e posseiros não indígenas, majoritariamente criadores de gado e produtores de soja e arroz. E uma comunidade se formou no local ao longo dos 20 anos durante os quais tramitou complexo processo judicial cujo último desdobramento foi ordem de desintrusão determinando a retirada de todos os ocupantes não-índios e devolvendo a terra aos xavantes, ocupantes tradicionais das terras segundo a União, a Funai e o Ministério Público Federal (MPF). Durante o cumprimento da ordem de despejo, com auxílio da Força Nacional de Segurança, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, o governo anunciou que assentaria os posseiros que se vissem em condição de sem terra após a retirada.

Contudo o Conselho Missionário Indigenista (CIMI) divulgou no dia 03/06/2013 carta assinada pelo cacique Damião Paridzané, líder da comunidade xavante da terra indígena Marãiwatsédé, denunciando que os posseiros despejados da reserva entre o fim de 2012 e janeiro de 2013 estavam invadindo as terras novamente, em carta o cacique disse:

Nós, da comunidade xavante de Marãiwatsédé, vimos mais uma vez neste documento reivindicar o nosso direito ameaçado como a posse do nosso território tradicional. […] Exigimos a saída dos invasores imediatos [sic] do nosso território tradicional e não tem direito de permanecerem dentro da área, isto não existe na constituição federal no Brasil (Damião Paridzané líder da comunidade xavante, 2013).

Encontrar soluções alternativas para os históricos de conflitos fundiários referentes às comunidades e povos tradicionais foi um dos temas de discussão durante o I Seminário "Diálogos sobre Justiça" (2014) - Conflitos Fundiários em Debate, no Ministério da Justiça, em Brasília (DF), que contou com a participação da Fundação Nacional do Índio, a presidente Maria Augusta Assirati (2014) declarou que “este assunto demanda tratamento específico da Justiça, seja por causa da complexidade do tema quanto pelo elevado número de ações judiciais e agentes envolvidos nos litígios”, pois segundo ela “A questão fundiária no país evidencia a concentração de renda que gera uma realidade estrutural que precisa ser repensada”, pois segundo a presidente da FUNAI esse cenário acaba gerando uma visão criminosa dos grupos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais.

**3. O lento sistema de demarcação**

Nos oito anos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foram homologadas no Brasil apenas 88 terras indígenas, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que viu este período como o mais violento das últimas décadas. “Não foi estruturada uma política para demarcar, proteger e dar assistência efetiva aos povos indígenas. Não foi prioridade do governo a solução dos conflitos agrários”, disse o vice-presidente do CIMI, Roberto Antonio Liebgott (2012).

Segundo dados do Comitê de Organização de Informações da Presidência, Lula homologou, até 2009, terras que ocupam uma área superior a 18,6 milhões de hectares. Estes dados não coincidem com os do CIMI, que indica cerca de 14,3 milhões de hectares homologados desde 2003.

Este número equivale a 60% do que foi conseguido na administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com 147 áreas homologadas (mais de 36 milhões de hectares). Inclusive fica curto em relação ao curto mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando foram demarcadas 128 terras indígenas, que compreendiam quase 32 milhões de hectares. A identificação e demarcação de terras indígenas seguem princípios estabelecidos pela Constituição de 1988.

A demarcação é o meio administrativo para definir os limites de um território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. A legislação brasileira de 1996 agilizou o processo. A homologação (decreto que legaliza a demarcação) é o último passo. A fase mais lenta é a fixação dos limites definitivos e o pagamento das indenizações por expropriações, que pode levar décadas. “O prazo para esses casos deveria ser, no máximo, de um ano e meio, mas nunca vi um caso que chegasse perto disso. Normalmente, este processo demora 15 ou 30 anos”, destacou Roberto Antonio (2012).

O caso mais polêmico no governo Lula foi o da reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Segundo matéria do site envolverde a luta por seu reconhecimento começou na década de 1970 e atravessou dezenas de ações judiciais. Em 2005, Lula decretou sua homologação, mas a decisão foi acusada de inconstitucionalidade e acabou submetida ao Supremo Tribunal Federal, que a ratificou em março de 2009.

Segundo o antropólogo Marcos Braga (2011), ao site envolverde, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, o Estado carece de uma agenda de políticas indigenistas, “Há ações pontuais e pulverizadas entre os ministérios. Lula havia se comprometido a criar um ministério dos povos indígenas, mas não houve avanço nesse sentido”, criticou o estudioso da Amazônia e a temática nativa. Contudo, Marcos destacou que a Raposa Serra do Sol foi um marco do recém-concluído governo. “Lula teve a coragem de fazer o que Collor e Fernando Henrique deixaram para trás”, declarou.

Segundo Roberto Antonio (2012) “Lula não resolveu o problema. A omissão do governo federal foi grave”. Essa administração “priorizou a aliança com setores produtivos, como o agronegócio, e com os grandes grupos econômicos. E, em relação aos segmentos sociais, Lula priorizou sufocar o conflito para acalmar os ânimos”, criticou. Porém, Marcos relativizou esses números, dizendo que houve mais conflitos territoriais porque os nativos retomaram a afirmação de sua identidade.

“Os povos indígenas reassumiram sua memória coletiva. Foi aí que começaram os conflitos, porque aumentou o número de lutas pelas terras”, disse Marcos ao site envolverde, e continuou ainda, trata-se de um regresso às raízes, “onde há conflito, há violência”, acrescentou. Se Lula tivesse agilizado a regularização agrária e organizado uma agenda de políticas, teria morrido menos gente, criticou. “Falta uma visão sistêmica de políticas públicas mais integradas”, ressaltou. O Brasil, com 190 milhões de habitantes, tem cerca de 736 mil indígenas de 242 etnias.

**3.1 A violência**

Entre 2003 e 2010, foram denunciados 437 assassinatos. O ano mais sangrento foi 2007, com 92 indígenas assassinados. No primeiro mandato de Lula (2003-2007), foi registrada uma média anual de quase 45 mortos. No segundo mandato, 2008 e 2009 foram os piores anos, com 60 assassinatos cada um. Segundo dados preliminares sobre 2010, pelo menos 45 indígenas teriam sido mortos por causa de conflitos territoriais.

Além destes fatos polêmicos na gestão do ex-presidente Lula, em matéria recente o site IG (2014) divulgou a situação vivida no atual governo.

Apesar dos números alarmantes de violência contra indígenas em Mato Grosso do Sul, o governo da presidente Dilma Rousseff ainda não homologou nenhuma demarcação de terra no Estado em quase quatro anos de mandato. Dilma assinou as 11 homologações, feitas entre 2011 e 2013, apenas no Norte do País, a despeito de esta região não concentrar nem metade da população indígena brasileira e de os maiores conflitos estarem localizados em outras áreas brasileiras. De acordo com dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), nos três anos analisados do governo atual houve um total de 164 assassinatos de índios no País, sendo mais de 60% – 102 – apenas em Mato Grosso do Sul, Estado com cerca de 67 mil indígenas que se notabiliza pelos mais violentos conflitos por terra envolvendo as etnias e empresários/proprietários ligados ao agronegócio – plantio de soja, milho e cana-de-açúcar – e à pecuária. Nos últimos 11 anos, 349 foram mortos só no Estado, o que ajudou a elevar sua média de homicídios para 31 a cada 100 mil habitantes. (site IG, 2014)

No que diz respeito a esta matéria a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o governo não se pronunciarem a respeito das causas que levaram a esses números, mas especialistas ouvidos pelo site **iG** afirmam que a falta de demarcação de terras é o principal fator para explicar a violência.

"Como me definiu recentemente uma liderança de Dourados (MS), a paralisia nas demarcações torna as reservas uma bomba-relógio. A superlotação em lugares como esses faz com que os problemas se acumulem", afirma Spensy Pimentel ao site iG (2014), professor de Etnologia Indígena da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), de Foz do Iguaçu (PR). "Para que se tenha uma ideia, só na Terra Indígena (TI) de Dourados nascem cerca de 500 crianças por ano. Não há cesta básica e programa social que resolvam esse problema. A solução é demarcar as terras, direito garantido pela Constituição de 1988."

Em relatório no site do MST o presidente do CIMI, o bispo Erwin Kräutler afirma que a falta de procedimentos de demarcação escancara graves consequências à vida das comunidades.

O governo federal deve ser responsabilizado pela trágica realidade vivida pelos povos indígenas que não têm assegurada a posse de suas terras e também age de modo conivente diante das invasões e da depredação dos recursos naturais, além de ser omisso nas suas obrigações constitucionais de fiscalizar, proteger e assegurar o usufruto das terras pelos povos indígenas. (Erwin Kräutler, 2014)

Com as conquistas inseridas na Constituição Federal de 1988 até atualmente, a maioria dos territórios indígenas não foi regularizada e, os que foram ainda sofrem ameaças. Com as mudanças nos planos de Governo sempre se tem a esperança de que ira se resolver os problemas ligados aos territórios, à saúde e à educação dos povos indígenas. Infelizmente, tem acontecido o contrário; os problemas se agravaram. A prioridade continuou sendo o agronegócio, que por vezes é defendido por ruralistas que utilizam de seus cargos e influência para oprimir estes direitos. Com isso, cresceu a violência contra os povos indígenas, tanto no Mato Grosso, Pará, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba e Alagoas, como em outros estados. O método é o mesmo, a violência de todas as formas, feitas por grupos institucionais ou particulares. O objetivo é um só, impedir que os povos indígenas conquistem seus territórios conforme reza a Constituição Federal 1988.

**4. Apoio ao avanço do agronegócio**

# Em matéria publicada no site Carta Maior (2014) sobre “As 8 reivindicações mais polêmicas do agronegócio aos presidenciáveis” de Najla Passos, ela apresenta o setor do agronegócio como responsável por 23% de toda a riqueza gerada no país, e sabendo que seu apoio pode ser decisivo tanto na eleição quanto na governabilidade de um presidente, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no dia 06/08/2014 convocou os três candidatos melhores posicionados nas pesquisas para presidente para uma espécie de sabatina, ou seja, uma revisão através de perguntas e respostas.

Segundo a matéria, ao final, cada um deles recebeu o documento “O que esperamos do próximo presidente 2015-2018”, que reúne as expectativas dos grandes produtores rurais para o próximo eleito. Na matéria em questão o setor afirma reconhecer que, na última década, o agronegócio cresceu como nunca, sendo que a produção, hoje, é 70% maior do que na época em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder. As commodities agrícolas responderam por 44% das exportações brasileiras nos primeiros quatro meses deste ano. Mas os grandes produtores querem mais. As palavras de ordem deles são competitividade e segurança jurídica. E é em nome delas que reivindicam obras de logística, mais crédito rural, desonerações, investimentos públicos e redução do custo da folha de pagamento. E investem contra as demarcações de terras indígenas e as regularizações fundiárias de áreas quilombolas e de proteção ambiental.

De acordo com a matéria as 8 reivindicações mais polêmicas do setor são, o maior “dinamismo” na concessão de crédito rural, pois segundo a bancada ruralista, afirmam que o crédito rural é “complexo, com alto custo operacional, com exigência de certidões em papel e fiscalização sem efetividade.

 A proteção da renda do produtor, com crédito farto e fácil, e seus lucros protegidos da volatilidade da economia capitalista que eles mesmos apoiam.

Uma reformulação do MERCOSUL, pois segundo os ruralistas, a participação do Brasil no MERCOSUL prejudica negociações bilaterais que podem aumentar o faturamento do agronegócio.

A redução do “custo do trabalho” como os empresários, os produtores rurais querem reduzir a proteção social dos trabalhadores para obterem mais lucros, como por exemplo eles reivindicam, uma revisão das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho para a atividade rural. Entre elas está a NR 31, que exige banheiro ou barraca sanitária para atender aos trabalhadores rurais e a proíbe o transporte dos mesmos em pé. E também a NR 15, que normatiza o tempo e o nível de exposição do trabalhador ao sol.  Os grandes produtores rurais também se somam aos empresários para exigir a regulamentação total das terceirizações.

Relativização do conceito de “trabalho escravo”, discordando da  Lei nº 10.803/2003, que tipifica a condição de trabalho análogo ao escravo no Código Penal, os grandes produtores rurais querem relativizar esse conceito. Com base nisso o setor reivindica a revogação da instrução normativa 91/11, que faz exatamente isso e, a partir daí, compõe a lista suja dos empregadores que praticam trabalho escravo. Segundo a bancada ruralista (2014) “É preciso reformular o processo de inclusão de empregadores na lista, de forma a garantir a ampla defesa e evitar que meras irregularidades trabalhistas sejam confundidas com a prática do trabalho escravo”.

Meio Ambiente como modelo de negócio, na área de Meio Ambiente, os produtores querem a imediata implementação do novo Código Florestal, já amplamente debatido pela sociedade até sua sanção pela presidente Dilma, em 2012. Mas também pedem uma série de medidas adicionais que ajudem o setor a melhorar seu desempenho. Entre elas a maior margem para emissão de CO2.

E por fim acabar com as demarcações das terras indígenas e quilombolas juntamente com a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, as terras indígenas e quilombolas representam hoje a fronteira agrícola para o avanço do agronegócio. Por isso, o setor investe contra elas com toda a sua força, e os produtores rurais sabem que, no Brasil, a reforma agrária só avança com luta dos movimentos sociais do campo, que pressupõe a ocupação dos latifúndios improdutivos e terras públicas ilegalmente usurpadas. Por isso, insistem na criminalização dos movimentos sem-terra, exigindo a “exemplar punição dos responsáveis por tais ilícitos” segundo o documento.

**4. Conclusão**

Os planos do governo federal com o intuito de favorecer alguns setores da “economia” tem, como custo, a negação dos direitos originários e constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas, de outras coletividades que não se encaixam nas perspectivas de desenvolvimento, aceleração, produção em larga escala, por exemplo, além de gerar a violência.

Segundo a afirmação de Maurizio Lazzarato (2006), um filósofo e sociólogo italiano, radicado em Paris, que vem dedicando seus esforços na direção de entender o capitalismo contemporâneo, a possibilidade de redistribuição das riquezas sem redistribuição dos recursos é uma aposta insensata. Os últimos governos tem investido na direção de maximizar os ganhos de setores financeiros, fortalecer setores diferenciais da economia e supostamente promover a inclusão social através do consumo, do crédito e de pacotes de medidas assistenciais. Mas não é possível conciliar os direitos sociais com o rol de interesses dos setores do agronegócio, de mineradoras, de construtoras, do setor financeiro.

Construir perspectivas que focalizem centralmente os direitos sociais, as formas coletivas de vida, a solidariedade, a redistribuição efetiva dos bens e dos recursos que hoje estão concentrados nas mãos de poucos grupos favorecidos são alguns dos desafios a serem enfrentados pelos povos indígenas e seus aliados. Uma sociedade justa, na qual todos sejam verdadeiramente respeitados só poderá emergir de uma guinada nos rumos (e escolhas) que orientam a política atual.

**5. Referências Bibliográficas**

ALCÂNTARA, Lúcio. **Povos Indígenas: como vivem nossos contemporâneos**. Brasília: Senado Federal, 2000.

ARAÚJO, Massilon Júnior. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBOSA, Marcos Antônio. **Direito antropológico e terras indígenas no Brasil**. São Paulo: Plêiade, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VILLARES, Luis Fernando. **Direito e povos indígenas**. Curutuba: Juruá, 2009.

ESTRELLA, Sylvia. Invasão em terras indígenas. **UOL**. Disponível em:<http://pessoas.hsw.uol.com.br/indios5.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ indigenas/indigena\_censo2010.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALDOS, Paulo. Raposa Serra do Sol: Agronegócio ataca direito indígena. **MST**.Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/322>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

# ORTIZ, Fabíola. Violência e poucas terras na era Lula. MST, 14 jan. 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Violencia-e-poucas-terras-na-era-Lula>. Acesso em: 02 set. 2014.

# PASSOS, Najla. As 8 reivindicações mais polêmicas do agronegócio aos presidenciáveis. Carta Maior, 06 de ago. 2014. Disponível em:< http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-8-reivindicacoes-mais-polemicas-do-agronegocio-aos-presidenciaveis/4/31553>. Acesso em: 20 out. 2014.

# SANTANA, Renato. STF suspende reintegrações na Terra Indígena Tupinambá de Olivença. MST, 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15784>. Acesso em: 27 fev. 2014.

# **SHALOM, David**.**** Governo não demarca terras indígenas em Estado recordista em violência. ****iG São Paulo**,** 04/08/2014. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-08-04/com-33-assassinatos-e-73-suicidios-em-2013-ms-nao-teve-terras-indigenas-homologadas-por-dilma.html>. Acesso em: 02 set. 2014.

# \_\_\_\_\_\_\_. [Funai participa de debate sobre conflitos fundiários](http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2430-funai-participa-de-debate-sobre-conflitos-fundiarios). FUNAI, 2014. Disponível em: < http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2430-funai-participa-de-debate-sobre-conflitos-fundiarios>. Acesso em: 27 fev. 2014.

\_\_\_\_\_\_\_. Disputas fundiárias exigem mediação com participação do Estado, dizem especialistas. **CNJ**, 2014. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/27743-complexidade-de-disputas-fundiarias-exige-mediacao-com-participacao-do-estado-dizem-especialistas >. Acesso em: 27 fev. 2014.

# \_\_\_\_\_\_\_. Em carta, cacique denuncia invasão de posseiros em terra indígena de MT. G1, 03 jun. 2013. Disponível em:< http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/06/em-carta-cacique-denuncia-invasao-de-posseiros-em-terra-indigena-de-mt.html>. Acesso em: 02 set. 2014.

## \_\_\_\_\_\_\_. Demarcação de terras indígenas: uma demanda histórica. Entrevista especial com Cleber Buzatto. Instituto Humanitas Unisinos. 17 abr. 2014. Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519384-demarcacao-de-terras-indigenas-uma-demanda-historica-entrevista-especial-com-cleber-buzatto>. Acesso em: 21 out. 2014.

\_\_\_\_\_\_\_.Violência e poucas terras marcaram a era Lula. **envolverde**. 12 jan. 2011. Disponível em:<http://envolverde.com.br/portal/arquivo/?cod=85503>. Acesso em: 20 out. 2014.